



Câmara Municipal de São Pedro

Estado de São Paulo

PARECER COMISSÃO JUSTIÇA, REDAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTOS.

PARECER N.º 50/21

REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 46/2021- Que dispõe sobre a denominação da quadra poliesportiva da EMEB Professora Gentila Iolanda da Silva Frare.

REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 52/2021 – Que dispõe sobre a denominação de via Pública Municipal como Orestes Gonçalves a rua pública "Via 13", que fica localizada no bairro Colinas de São Pedro e dá outras providências.

Ao analisar o Projeto de Lei em epígrafe, acompanhados das respectivas exposições de motivos, conclui-se que está devidamente amparado na legislação pertinente.

A matéria em análise está em conformidade com o Princípio do Interesse Local, que encontra respaldo na Constituição Federal, em seu art. 30, I, que determina a possibilidade de o município legislar sobre assuntos de interesse a ele circunscritos.

A nomeação de próprios, vias e logradouros públicos é tema de evidente interesse local e, desde que respeitado o princípio constitucional da impessoalidade, serve para a organização do espaço urbano, permitindo que a cidade conte sua história e valorize a cultura local.

Submetido à análise jurídica e técnica, esta Comissão Permanente conclui que não há nada a opor quanto aos aspectos regimentais, da constitucionalidade, da legalidade e do mérito da matéria em estudo.

Isso posto, com a aquiescência dos demais componentes, seguindo a relatoria, emite **PARECER FAVORÁVEL** à presente proposição, julgando-a apta a ser apreciada pelo Plenário desta Edilidade.

É o parecer.



Câmara Municipal de São Pedro

Estado de São Paulo

São Pedro, 26 de abril de 2021.

Sala das Comissões,



Adriano Vitor de Oliveira
Presidente



Elias Garcia Candeias
Relator



Luciano Mazzonetto
Secretário



Câmara Municipal de São Pedro

Estado de São Paulo

Relatório.

Trata-se de **PROJETO DE LEI Nº 46/2021-** Que dispõe sobre a denominação da quadra poliesportiva da EMEB Professora Gentila Iolanda da Silva Frare, e do **PROJETO DE LEI Nº 52/2021-** que dispõe sobre a denominação de via Pública Municipal como Orestes Gonçalves a rua pública "Via 13", que fica localizada no bairro Colinas de São Pedro e dá outras providências.

Ao analisar os Projetos de Lei em epígrafe, acompanhados das respectivas exposições de motivos, conclui-se que está devidamente amparado na legislação pertinente.

A matéria em análise está em conformidade com o Princípio do Interesse Local, que encontra respaldo na Constituição Federal, em seu art. 30, I, que determina a possibilidade de o município legislar sobre assuntos de interesse a ele circunscritos.

A nomeação de próprios, vias e logradouros públicos é tema de evidente interesse local e, desde que respeitado o princípio constitucional da impessoalidade, serve para a organização do espaço urbano, permitindo que a cidade conte sua história e valorize a cultura local.

Verifica-se que atendem aos requisitos legais e não possuem vícios que impeçam sua apreciação em Plenário.

Diante do exposto, com a anuência dos demais integrantes do colegiado, bem como da Relatoria desta Comissão Permanente, abaixo subscrita por seus componentes, julga os Projetos de Lei supra, aptos à apreciação pelo Plenário desta Edilidade.

São Pedro, 26 de abril de 2021.


Elias Garcia Candeias
Relator



Câmara Municipal de São Pedro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 052/2021 – Denomina local público municipal e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de São Pedro solicitou parecer jurídico prévio sobre a constitucionalidade e legalidade do projeto de lei em epígrafe, de autoria do Sr. Vereador **Antônio Benedito Ferraz Toledo**.

Trata-se de propositura que denomina como *Orestes Gonçalves* a rua pública “Via 13”, que fica localizada no bairro Colinas de São Pedro.

A matéria tratada está em conformidade com o Princípio do Interesse Local, que encontra respaldo na Constituição Federal (art. 30, I), e que determina a possibilidade de o município legislar sobre assuntos de interesses a ele circunscritos.

A nomeação de próprios, vias e logradouros públicos é tema de evidente interesse local e, desde que respeitado o princípio constitucional da impessoalidade, serve para a organização do espaço urbano, permitindo que a cidade conte sua história e valorize a cultura local através da referida nomeação.

É de se destacar, porém, que, em observância aos Princípios Constitucionais da *Impessoalidade* e da *Moralidade*, é vedada a nomeação de pessoas vivas a próprios e bens públicos. Acompanha a presente propositura a afirmação, pelos proponentes, de que a nomeação da Referida Avenida busca homenagear o sr. Paulo Vieira de Faro Passos, dando-lhe o nome de seu hotel-fazenda São João, sem, no entanto, referir-se diretamente à sua pessoa.

Quanto à iniciativa parlamentar para o presente Projeto de Lei, dispõe a Lei Orgânica desta municipalidade:

Art. 29. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e, especialmente: (...)

XVI – dar denominação e autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

No que tange ao processo legislativo referente à projeto de lei que denomina vias públicas, o Regimento Interno da Câmara Municipal dispõe:

Artigo 195 – Dependirão de voto favorável 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara:

I - as leis concernentes a: concessão de serviços públicos; concessão de direito real de uso; aquisição de bens imóveis por doação com encargo; **alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos.** (negrito nosso).



Câmara Municipal de São Pedro

Estado de São Paulo

Desse modo, deverão os vereadores restarem atentos para o quórum específico necessário à aprovação da matéria.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, do ponto de vista de constitucionalidade e legalidade, OPINO pela viabilidade de tramitação do projeto de lei em análise.

Caberá à Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento emitir parecer final em relação ao projeto de lei ora em epígrafe.

No que tange ao mérito, ficará a cargo de deliberação do colegiado desta Casa que, no uso de sua função legislativa, verificará a viabilidade da presente propositura, respeitando as formalidades legais e regimentais.

É o entendimento.

São Pedro, 22 de março de 2021.

THELMA BELO ANACLETO DOS SANTOS
PROCURADORA JURÍDICA